

OS MOVIMENTOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA POR ESPOLIAÇÃO

Amélia Coelho R. Maciel¹

INTRODUÇÃO

A corrupção Estatal é utilizada como resposta principal para todos os problemas sociais atuais do Brasil nos debates políticos dos partidos majoritários e na grande imprensa. Todos os partidos de todas as linhas afirmam em suas propagandas políticas e eleitorais a defesa do combate a corrupção. Todos os políticos defendem o combate a corrupção, inclusive os investigados e processados por este crime.

Assim, conforme Telles (2016: 108), a “corrupção não é indicador de identidade ideológica, tampouco se constitui numa clivagem que reparta os eleitores em dimensões políticas díspares”. Apropriada pelo discurso moralista de direita reforçadamente propagandeada pela grande imprensa serviu à reação e crescimento de movimentos liberais a conservadores de direita.

Nesta conjuntura, a temática a ser abordada neste trabalho toma como fio condutor, na pesquisa bibliográfica realizada e no raciocínio desenvolvido, analisar a apropriação do discurso genérico moralista contra a corrupção pelos movimentos de direita brasileiros e confrontar-los com o estudo da corrupção enquanto mecanismo expropriador que serve a acumulação de capital.

Pretende-se, em âmbito de conclusão, abrir um debate com o conjunto dos movimentos políticos e sociais sobre a importância de abordar a corrupção, em seus espaços de mobilização e momentos de luta anticapitalista, enquanto fenômeno da acumulação do capital, desmascarando os interesses ocultos da direita. O trabalho insere-se, portanto, no debate historiográfico, político e econômico da corrupção.

O DISCURSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO COMO VALÊNCIA

Assim como a defesa da paz, do bem comum, da justiça e do desenvolvimento, o discurso contrário à corrupção pode ser usado como valência, isto é, como um discurso vazio com aparência de neutralidade e pretensamente consensual. Usada desta

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA), especialista em Direito Constitucional pela mesma instituição, mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutoranda em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: ameliacoelho@ymail.com

forma, ela é capaz de agregar apoio independentemente do posicionamento político ideológico. É por isso que ampla camada dos políticos, independentemente do partido ou da linha ideológica de esquerda ou de direita, inclusive os envolvidos em denúncias de corrupção, usam desta valência em suas campanhas, almejando acumular apoio político na concorrência eleitoral.

A democracia contemporânea, noutras palavras, o processo eleitoral moderno majoritário não se pauta em disputas de projetos políticos ideológicos claramente distintos. Em geral, a escolha dos eleitores se baseia na propaganda individual de cada candidato. Portanto, a escolha não parte dos próprios eleitores. “Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la” (SCHUMPETER, 1961: 344). Os candidatos aparecem aos eleitores assim como as mercadorias aparecem num *Shopping Center*, com suas plataformas individuais em busca de “consumidores” individuais. Assim, os políticos, em sua grande maioria, selecionam algumas afirmações e ocultam outras para melhorar sua propaganda e angariar mais votos. Os que não agem assim, não têm visibilidade de massa². De forma similar se comportam os partidos de grande peso eleitoral:

Em determinadas épocas, evidentemente, todos os partidos adotarão um conjunto de princípios e plataformas, que podem ser característicos do partido que os adota e importante para seu sucesso, como as marcas de mercadorias que uma loja de departamentos vende são características suas e importantes para seu êxito. Mas a loja não pode ser definida em termos das marcas que vende, nem o partido definido em termos dos princípios que adota. O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível aos diversos partidos adotar exatamente, ou quase exatamente, os mesmos programas. E isso acontece, como todos sabem. Partido e máquina eleitoral constituem simplesmente a reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o *estouro da boiada*. Representam, por conseguinte, uma tentativa de regular a luta eleitoral da maneira exatamente semelhante à que encontramos nas associações patronais de comércio. A psicotécnica da administração e da propaganda partidária, *slogans* e marchas patrióticas não constituem, pois, acessórios, mas a própria essência da política. Da mesma maneira, o chefe político (SCHUMPETER, 1961: 346).

² O que pode se transformar num ciclo vicioso, a depender da legislação eleitoral de cada país. No Brasil, por exemplo, a cláusula de barreira que será inaugurada nas eleições de 2018. Esta exige um mínimo de votos (1,5% dos votos válidos distribuídos em pelo menos nove estados com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada um deles) necessários para que o partido tenha acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Partidos que adotam plataforma eleitoral ideológica (tais como PSOL, PCO, PCB e PSTU), que não seguem esta lógica esboçada acima, têm dificuldades para atingir esta cláusula de barreira. Assim, ou eles se adequam ao sistema concorrencial eleitoral, ou se tornarão cada vez mais invisíveis, cada vez mais excluídos da democracia capitalista. Por outro lado, os grandes partidos, tais como PMDB, PSDB, PT, PP e DEM, monopolizarão cada vez mais o espaço político eleitoral.

A disputa eleitoral da democracia moderna, portanto, reproduz a concorrência das mercadorias. Ademais, como argumenta Schumpeter (1961: 321), a arte da propaganda “tem campo de ação infinitamente mais vasto na esfera dos negócios públicos do que no campo da vida privada e profissional.” Em regra, não há uma disputa de interesses de classes – trabalhadora, sem terra, feminista, antirracista numa plataforma política eleitoral em disputa contra a plataforma política eleitoral empresarial, financeira, latifundiária, conservadora.

Ao invés disto, percebemos um jogo de propaganda eleitoral que se valem dos truques das propagandas das mercadorias, valendo-se de plataformas evasivas, genéricas, criando opinião pela repetição de afirmações. Obtêm-se êxito precisamente por se esquivar do argumento racional e do exame crítico da população, socorrendo-se nas valências. Seguindo este entendimento,

As informações e argumentos que realmente impressionam ao cidadão, por conseguinte, provavelmente servem a algum fim político. E uma vez que a primeira coisa que o homem faz por seu ideal ou interesse é mentir, esperamos, e na verdade descobrimos que a informação eficiente é quase sempre adulterada ou seletiva* e que o raciocínio eficiente em política consiste, sobretudo, em exaltar certas proposições e transformá-las em axiomas, e eliminar outras. (* A informação seletiva, se correta em si mesma, constitui uma tentativa de mentir dizendo a verdade.) (SCHUMPETER, 1961: 322).

O sistema espacial de análise da competição partidária, elaborada por Harold Hotelling e dinamizada por Anthony Downs, estabelece esta relação entre a competição de mercado e a competição eleitoral. Através de seu trabalho, assim como duas empresas concorrentes convergiriam para posições adjacentes no meio do mercado, trocando eleitores por consumidores, partidos por empresas e as despesas da distância ideológica por custos de transporte, “Hotelling achava que seu modelo poderia explicar por que os partidos Democrata e Republicano são tão frequentemente encontrados perto do centro de uma dimensão liberal-conservadora.”³ (STOKES, 1963: 368-9). As valências, isto é, as afirmações sem conteúdo ideológico delimitado e com pretensões de consenso podem ter muita utilidade neste movimento aproximativo dos partidos, seguindo a perspectiva de Hotelling.

³ Substituting voters for consumers, parties for firms, and the "costs" of ideological distance for transportation costs, Hotelling felt that his model could explain why the Democratic and Republican parties are so often found close to the center of a liberal-conservative dimension.

Downs elabora seu modelo com base neste, tendo como ideia básica a percepção de que as alternativas de ação do governo nas quais a controvérsia política é focada podem estar localizadas em um espaço unidimensional numa escala variável entre esquerda e direita. É possível acrescentar que, diante de períodos de crise econômica, que geralmente desembocam em crise política, observa-se um movimento oposto, isto é, uma maior polarização ideológica. As crises revolucionárias, por exemplo, geralmente ocorreram pelo aprofundamento das contradições do sistema capitalista em crise, desenvolvendo crise política e polarizando as posições ideológicas. Já em períodos de estabilidade econômica e política, percebe-se historicamente a tendência centrípeta das organizações partidárias em geral.

Stokes critica o modelo espacial que concebe a unidimensionalidade do conflito político, percebendo que “o terreno sobre o qual os partidos disputam não é um espaço no sentido em que é a Main Street ou uma ferrovia transcontinental”⁴ (STOKES, 1963: 369). Na prática da disputa eleitoral, há várias dimensões a ser consideradas, tais como econômica, de política estrangeira, sobre opressões, religiosa, etc. “Pelo menos desde Marx, a dimensão que escolheríamos para dar conta do apoio partidário, se permitida apenas uma, seria socioeconômica ou relacionada à classe”⁵ (STOKES, 1963: 369). Porém, a prática demonstra que várias questões são colocadas na disputa eleitoral, exigindo o reconhecimento de várias dimensões.

Ademais, da mesma forma em que se devem considerar várias dimensões nos posicionamentos partidários, as dimensões predominantes para o eleitorado podem mudar ao longo do tempo. Dimensões diferentes têm pesos diferentes em momentos históricos diferentes. Em alguns momentos da história política “as dimensões de classe, religiosa, estrangeiras ou regionais são de maior significado cognitivo e motivacional para o eleitorado do que em outras épocas, além das mudanças nas posições dos partidos concorrentes e seu público consumidor”⁶ (STOKES, 1963: 372).

⁴ The ground over which the parties contend is not a space in the sense that Main Street or a transcontinental railroad is.

⁵ At least since Marx, the dimension we would choose to account for party support, if allowed only one, would be socio-economic or class related.

⁶ At some moments of political history class or religious or foreign or regional dimensions are of greater cognitive and motivational significance to the electorate than they are at other times, quite apart from shifts in the positions of the competing parties and their consuming public.

Pode-se demonstrar, por exemplo, o peso do discurso contrário à corrupção no momento atual e na crise do “mensalão”⁷. Este escândalo de corrupção foi amplamente propagandeado pela grande imprensa e partidos de oposição. Porém, não fragilizou o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT), visto que o momento econômico era promissor, com ampliação de políticas sociais e grande expectativa popular, conferindo ao primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva ampla base de apoio. Efeito diverso ocorreu no quarto governo do Partido dos Trabalhadores (PT), diante dos efeitos da crise econômica capitalista no Brasil. Assim, o segundo governo Dilma Rousseff não desfrutava mais das condições favoráveis dos períodos anteriores, perdendo base de apoio. A corrupção se transformou numa palavra chave para culpar a crise econômica que tardiamente chegou ao Brasil. Diante disso, mesmo sem envolvimento com a operação Lava Jato ou outra denúncia de corrupção, Rousseff sofreu o Impeachment⁸.

Ainda sobre o uso da corrupção como valência nas disputas políticas, Stokes relembra as eleições norte americana de 1952, fortemente usado pelos republicanos. Ela dificilmente era uma sobre a qual o Partido Democrata tomou uma posição para a "bagunça em Washington" e os republicanos uma posição pela probidade. Recorda:

A questão da corrupção de 1952 não encontrou os democratas assumindo uma posição e os republicanos outra. E também não houve alguns eleitores a favor da corrupção, enquanto outros foram contra. Se quisermos falar de uma dimensão, todos os partidos e todos os eleitores foram localizados em um único ponto - a posição de virtude no governo⁹ (STOKES, 1963: 372).

Stokes observa que as questões de valência estão frequentemente presentes nas competições partidárias e a escolha dos eleitores muitas vezes depende delas. A política brasileira está recheada delas. Stokes aponta que na história política dos Estados Unidos da América por muitas vezes a valência detivera o centro do palco político. Por exemplo, nos grandes temas da depressão e da recuperação, que dominaram a escolha eleitoral durante os anos 30 e 40, estavam as questões referentes à guerra, à corrupção

⁷ Foi um escândalo de corrupção por compra de voto de parlamentares do Congresso Nacional do Brasil no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT - Partido dos Trabalhadores), entre os anos 2005 e 2006.

⁸ O principal argumento que levou ao impeachment de Dilma Rousseff foi a flexibilização de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, prática comum nos governos brasileiros conhecida como pedaladas fiscais. Dois dias após o impeachment de Rousseff o Senado Federal, responsável pelo julgamento da petista, sancionou a Lei 13.332/2016, permitindo a mesma prática.

⁹ The corruption issue of 1952 did not find the Democrats taking one position and the Re-publicans another. And neither were some voters in favor of corruption while others were against it. If we are to speak of a dimension at all, both parties and all voters were located at a single point-the position of virtue in govern-ment.

em Washington e da saúde econômica do país. Em relação a este, “a prosperidade tem sido uma das mais influentes questões de valência da política americana. Todas as partes e o eleitorado inteiro a queriam”¹⁰ (STOKES, 1963: 373-4).

De tal modo, percebe-se ao longo da história que várias organizações políticas utilizaram valências, inclusive o discurso genérico moralista contra a corrupção. Não só na história política norte americana e brasileira, mas em diversos momentos fundamentais da história ocidental este mecanismo foi utilizado. O fascismo em geral, bem como o nazismo alemão, por exemplo, empregava valências em seus discursos para recrutar apoio político, tais com “inimigo”, “corrupção”, “valores tradicionais” (GELLATELY, 2011). Utilizando-se destas valências, Adolf Hitler conquistou vasto apoio da opinião pública dentro e fora da Alemanha, inclusive foi elogiado por distintas revistas europeias e americanas, ao ponto de ser considerado o “homem do ano” [*Man of the Year*] em janeiro de 1938 pela influente revista Time.

Downs reconhece as valências quando percebe algumas votações irracionais, isto é, não-ideológicas. Ele percebe que à medida que os partidos convergem para posições ideologicamente semelhantes, criam condições para que a escolha dos eleitores seja fortemente influenciada pelas valências (STOKES, 1963: 374). Sobretudo, a grande maioria do eleitorado não faz suas escolhas seguindo uma linha ideológica clara, de esquerda à direita. Diante disto,

quando os partidos manobram em termos de questões de valência, eles escolhem uma ou mais questões de um conjunto de domínios de questões distintas. Enquanto os republicanos examinavam as questões em perspectiva para 1952, o problema deles não era ser a favor ou contra a subversão comunista, a prosperidade ou a corrupção em Washington. Era antes reunir uma coleção de questões de preocupação pública real ou potencial, cujas valências positivas e negativas ajudariam os republicanos e envergonhariam os democratas¹¹ (STOKES, 1963: 374).

Como a disputa eleitoral não necessariamente utiliza-se de escalas unilineares entre esquerda e direita, isto é, como não há um posicionamento ideológico claro para a massa dos eleitores, os candidatos se apóiam em valências para seduzir o maior número de votos. Nestas condições, o debate crítico é ausente no embate político eleitoral, bem

¹⁰ prosperity has been one of the most influential valence- issues of American politics. All parties and the whole electorate have wanted it.

¹¹ But when the parties maneuver in terms of valence-issues, they choose one or more issues from a set of distinct issue domains. As the Republicans looked over the prospective issues for 1952, their problem was not whether to come out for or against Communist subversion or prosperity or corruption in Washington. It was rather to put together a collection of issues of real or potential public concern whose positive and negative valences would aid the Republicans and embarrass the Democrats.

como não é usado projeto de governo e plataforma política delimitada na concorrência por voto. Assim, as valências são instrumentos de grande uso na corrida eleitoral. Dentre estas, é muito em voga o discurso de combate à corrupção.

Na história política brasileira o discurso moralista anticorrupção também serviu para conferir apoio civil ao golpe militar de 1964. A “operação limpeza”, neste sentido, implantada no início da ditadura militar pelo marechal Humberto Castello Branco, tinha em seu discurso as valências de combate à subversão e à corrupção. O terrível Ato Institucional Nº 5 (AI-5) prometia dureza contra os corruptos. Assim como nos regimes autoritários na Europa, a ditadura militar superou a corrupção do anterior, porém implantando a sua própria, encobertas pelo véu da censura¹².

Na história política brasileira hodierna o discurso moralista genérico de combate à corrupção foi utilizado como valência para agregar apoio aos movimentos de direita contrários ao pleito de 2014, que reelegeu Dilma Rousseff presidenta do Brasil. Movimentos como “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados Online”, bem como partidos tradicionais de direita e figuras políticas reacionárias, como a família Bolsonaro, também agem neste sentido, expandindo e fortalecendo suas bases de apoio ao tempo que desmoraliza o Partido dos Trabalhadores, até então de maior apoio popular e peso eleitoral.

Débora Messenberg analisou estas organizações e lideranças políticas, pautando-se em pesquisa multimétodos, através de levantamento de seus posicionamentos nas redes sociais, páginas na internet, jornais, revistas, vídeos de suas entrevistas e *hangouts* durante o ano de 2015. Durante sua pesquisa, analisando um total de 18.923 publicações, percebeu a regularidade de certas “ideias-força” que orientam as posições políticas destes agentes: o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais (MESSEMBERG, 2017: 621). Segundo as análises levantadas nesta pesquisa, as manifestações contra corrupção ao longo de 2015 dirigidas por eles deram primazia ao impeachment da presidenta Dilma Rouseff pela oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) e suas políticas sociais e de direitos. Neste sentido:

O antipetismo é o campo semântico a reunir o maior número de emissões discursivas dos formadores de opinião aqui analisados, tanto em suas

¹² Referências para saber mais: ASSIS, J. Carlos. **A Chave do Tesouro, anatomia dos escândalos financeiros no Brasil: 1974/83**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. MOLICA, Fernando. **As dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

postagens no Facebook, durante o ano de 2015, quanto em seus sites, blogs, participações em entrevistas e *hangouts*. O Partido dos trabalhadores (PT) é, na visão desses atores sociais, o grande responsável por todas as mazelas que atingem o país. Ao PT é atribuída a responsabilidade tanto da crise econômica que nos assola mais diretamente nos últimos três anos, quanto ao que é reconhecido por eles como um dos principais, senão o principal problema do país: a corrupção. **O combate à corrupção, entendida como uma valência no mundo contemporâneo, assume no discurso desses agentes a condição sinonímia de combate ao PT.** Expressões como “Petrolão”, “Petalhas”, “Quadrilha do PT” abundam nos discursos desses formadores de opinião, consolidando a certeza entre os seus seguidores de que a corrupção, apesar de ser reconhecida como prática longeva na vida pública brasileira, foi erigida pelo PT como “prática de governo” (Grifo meu. MESSENERG, 2017: 634).

O que está escondido detrás desta valência contrária à corrupção não é o combate à expropriação dos bens e verbas públicas. Além de combater o Partido dos trabalhadores, com um discurso com pretensões de resumir toda a esquerda brasileira à experiência petista, está fortemente presente a construção de um suporte ideológico neoliberal.

Neste sentido, é desenvolvida uma relação dicotômica entre Estado e mercado. O Estado é tido como o âmbito da corrupção, burocracia e ineficiência. Já o mercado aparece como o oposto, isto é, o lugar da eficiência e transparência. É disseminada, portanto, mensagens de apoio ideológico neoliberal. Assim, é divulgada uma oposição entre mercado e Estado, sendo este corrupto e ineficiente, enquanto que, implicitamente ou não, o mercado é indicado como a instância técnica eficaz supostamente a serviço do interesse geral (Alves, 2013: 43). O discurso contra corrupção, portanto, é utilizado pela direita como uma forma retórica em defesa do neoliberalismo.

Este discurso esconde a relação entre o mercado e o Estado. Reduzindo todos os problemas sociais brasileiros à corrupção estatal, a valência contra a corrupção se mostra como imparcial, supra-ideológica, causa do interesse de todos. Apropriada pela direita, pretende incutir na consciência popular a identificação ao mercado contra a politicagem suja estatal. Por outro lado, esconde a relação simbiótica entre mercado e Estado, bem como que os corruptores são agentes do mercado que visam angariar vantagens e assim se localizar melhor na concorrência do mercado através dos representantes que eles elegeram através de financiamento em suas campanhas. Conforme o economista liberal Adam Smith, “o interesse dos negociantes, em qualquer ramo específico de comércio ou de manufatura, sempre difere sob algum aspecto do interesse público, e até se lhe opõe” (SMITH, 1996: 273).

Nesta perspectiva, em *As Lutas de Classes na França* (1848 a 1850), Marx delinea o entrelaçamento entre a corrupção e o poder político na sociedade capitalista. Explica que o mesmo desejo insaciável, doentio e impudico de acumulação de riqueza na sociedade civil repete-se nas esferas políticas. Analisando a conjuntura política da França em meados de 1840, Marx denunciou “as enormes somas que, desse modo, fluíam pelas mãos do Estado davam, além de tudo, margem a contratos de fornecimentos extorsivos, pagamento de propinas, fraudes, toda espécie de patifaria” (MARX, 2012: 39). Marx aponta:

A classe dominante explorava a *construção das ferrovias* da mesma forma que fazia com os gastos públicos em geral e com os empréstimos estatais. As câmaras empurravam para o Estado o ônus principal e assegurava à aristocracia financeira especuladora polpidos rendimentos. Ainda há viva lembrança dos escândalos na Câmara dos Deputados, quando fortuitamente veio à tona que todos os membros da maioria, incluindo uma parte dos ministros, tinham participação acionária nas mesmas construções ferroviárias que eles, logo depois, na condição de legisladores, mandavam construir às custas do Estado (MARX, 2012: 39).

Mercado e Estado são, portanto, interdependentes. O discurso que coloca como centro dos problemas sociais a corrupção Estatal, além de esconder o fato de que o mercado é o agente corruptor fundamental, ele também permite que se mantenham ocultos os reais problemas sociais, os reais responsáveis pelas injustiças sociais decorrentes da concentração de riqueza, transferindo a responsabilidade para o ente abstrato Estado. O Estado mínimo e a liberdade do mercado seriam as soluções para acabar com a corrupção. Em suma,

O discurso que enfatiza a corrupção e a ineficiência estatais cumpre, portanto, duas funções principais na reprodução das desigualdades brasileiras, analiticamente decompostas, mas dinamicamente inter-relacionadas: a) desviar o foco do debate sobre as graves desigualdades na produção e distribuição das riquezas e posições sociais para uma pseudocrítica maniqueísta à corrupção estatal como principal causa de todas as mazelas, infantilizando e despolitizando o debate público; b) propagar, implícita ou explicitamente, a ideia do mercado como instância virtuosa, técnica, meritocrática, diametralmente oposta à esfera estatal das politicagens e dos privilégios inconfessáveis (ALVES, 2013: 45).

Diante disto, é imprescindível analisar a corrupção política não do ponto de vista moralista, como abordada pelos discursos de direita, mas tendo em vista as condições materiais da vida social, por meio da historicidade e não de uma suposta natureza humana, considerando as imbricações da vida produtiva com a política. Dito em poucas palavras, analisar a corrupção no contexto da acumulação capitalista, em especial na acumulação durante o período de crise do capitalismo. É nesta perspectiva a segunda parte deste trabalho.

ANÁLISE ECONÔMICA DA CORRUPÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A corrupção é uma forma de acumulação que não envolve a produção de mais valor, i. e., atividade produtiva de exploração do trabalho (ou pelo menos não diretamente). Neste sentido, não é uma forma de apropriação de riqueza que se reproduz através das relações propriamente capitalista. Entretanto, ela está presente na ampla história política contemporânea, geralmente agindo sigilosamente, mas muitas vezes espetacularizada por setores políticos a fim de desmoralizar outros. Onde se localiza, então, a acumulação por corrupção na sociedade capitalista?

Segundo Karl Marx (2013), o capitalismo é um modo de produção que envolve a forma como a produção é feita e distribuída. Neste modo de produção, uma determinada soma de dinheiro acumulado é investida na produção de mercadoria com o fim de produzir mais dinheiro (D-M-D'). Para isso, uma soma de dinheiro é investida em meios de produção e força de trabalho. O momento mágico em que surge valor novo é justamente na exploração do trabalho humano. O capitalista necessita, após a produção, conseguir reconverter em capital as suas mercadorias, ou seja, vendê-las. Realizada pela venda a produção de mais valor, segue o reinvestimento na produção, pois os capitalistas almejam constantemente o aumento da acumulação. “O acréscimo de valor não pode ocorrer no dinheiro, pois este apenas realiza o preço da mercadoria. Também não pode ocorrer no segundo ato, M-D, pois este apenas transforma a mercadoria em dinheiro” (MACIEL, 2016: 97-98). Temos, então, a forma D-M-D', “onde $D' = D + \Delta D$, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento” (MARX, 2013: 227), que é o mais valor, i. e., o trabalho não pago.

Percebe-se, portanto, que a produção capitalista tem por base uma relação de troca entre equivalentes. O dono da força de trabalho e o possuidor do dinheiro estabelecem relações como pessoas juridicamente iguais, donas de mercadorias distintas. A mercadoria força de trabalho é trocada pelo seu equivalente, ou seja, salário, para produzir durante um determinado espaço de tempo.

Porém, o valor da força de trabalho expresso em salário, como toda mercadoria, é o tempo social médio de trabalho necessário para a sua produção, ou seja, os meios necessários para sua subsistência e de sua família. O valor diário da força de trabalho, na produção capitalista, é menor que o valor do produto do trabalho neste

mesmo período de jornada de trabalho, “pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução do valor desta última” (MARX, 2013: 609). A acumulação de capitalista, neste sentido, ocorreria no âmbito restrito da exploração do trabalho. Nas palavras de Marx:

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera de circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho (MARX, 2013b: 242).

Nestas condições de acumulação, a corrupção pode parecer um mecanismo descolado do capitalismo. Diante disto, qual a função da corrupção na acumulação capitalista? Uma possível resposta dentro desta análise da acumulação capitalista é que a corrupção do dinheiro público é uma forma obscura de apropriar mais valor.

Esclarecendo este ponto de vista, o mais valor produzido pelo setor industrial é repartido entre os diferentes setores da sociedade capitalista que desempenham distintas funções na sociedade civil. O mais-valor, então, é repartido entre “diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial, a renda fundiária etc.” (MARX, 2013: 639). Independentemente da quantidade de mais-valor repartido, o produtor capitalista será sempre o primeiro a se apropriar dela. Ademais, o fracionamento do mais-valor não altera sua natureza ou as condições cogentes que a converte no elemento da acumulação (MACIEL, 2016: 107).

Neste sentido, os recursos públicos são uma parcela do mais valor transferida para o Estado por meio dos tributos. Os tributos, convertidos em recursos públicos e apropriados pelas empresas com o fito de acumular mais capital e alcançar melhor condições na concorrência, é o mais valor transferido novamente, desta vez para investidores privilegiados do setor empresarial ou financeiro, etc., através da corrupção.

Outra perspectiva é a inaugurada por Rosa Luxemburg, presente em seu livro *Acumulação do Capital*, que observa duas formas de acumulação capitalista. Uma delas é esta apresentada, i. e., fundamenta pelo mecanismo propriamente econômico, ou seja, o mais valor. Além desta, sustenta Luxemburg, há também a forma não econômica de acumulação - com métodos baseados na força, subjugação, fraude, roubo, opressão,

pilhagem e corrupção - constante no sistema capitalista pela necessidade de expansão contínuo do capital. Em suas palavras:

O processo de acumulação de capital está ligado por suas relações de valor e materiais: ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia e a formas de produção não-capitalistas. As últimas formam o meio histórico dado daquele processo. A acumulação do capital, porém, não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não-capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido (LUXEMBURG, 1970: 314).

David Harvey, reconhecendo que a necessidade do capitalismo ter que recorrer a espaços não-capitalistas é interessante por ser, de certa forma, próxima à dialética de Hegel, ou seja, “uma dialética interna do capitalismo forçando-o a buscar soluções externas a si” (HARVEY, 2004: 118). Harvey, divergindo quanto a questão das crises decorrentes do subconsumo em defesa da teoria da sobreacumulação, concorda com Luxemburg a necessidade de o capital precisar de espaços externos para acumulá-los.

Para Harvey, “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2004: 121). Porém, para ele isto se dá fundamentalmente pela falta de oportunidades de investimentos lucrativos, ao tempo que reconhece que a expansão do capitalismo também cria demandas de bens de consumo além de bens de investimento. Toda via, a “expropriação das terras comuns” se dá atualmente de outra forma. Segundo ele:

A ideia de que algum tipo de “exterior” é necessário à estabilização do capitalismo tem por conseguinte relevância. Mas o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo – como a educação – que ainda não tenha sido privatizado) como produzi-lo ativamente (HARVEY, 2004, p. 118).

Percebe-se então que recorrentemente o capital, para a sua contínua expansão, evoca a concentração de recursos sociais e o retorno permanente de expropriações. A base social do capital, ou seja, a disponibilização massiva dos recursos e riquezas existentes e produzidos coletivamente para a concentração de uma pequena classe é continuamente ampliada e acelerada. “A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista” (FONTES, 2009: 217). No mesmo sentido Marx, nos Grundrisse, observando o processo de reprodução do capital, nota que “os pressupostos externos aparecerão agora como momentos do movimento do próprio capital, de modo que ele mesmo os pressupôs como seus próprios momentos –

qualquer que seja sua gênese histórica” (MARX, 2011: 370). Estando em curso o processo de concentração de capitais, com base na extração de mais-valor, é fortalecida a tendência capitalista à concentração da pura propriedade, que leva ao fortalecimento do sistema financeiro e todas as suas manobras fraudulentas e corruptas de aumentar ainda mais esta concentração.

Neste sentido, a corrupção pode figurar como uma forma de repetição da acumulação primitiva esboçada por Marx no capítulo 24 de *O Capital*, em que os recursos públicos do Estado, que deveriam ser utilizados em função do bem-estar social, são o exterior expropriado para o capital. Os recursos públicos é um exterior produzido no capitalismo que é expropriado em função da acumulação capitalista através da corrupção. Assim, a corrupção pode ser vista como um dos mecanismos de repetição da acumulação primitiva, pois, nas palavras de David Harvey “a acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais” (HARVEY, 2004: 124).

CONCLUSÕES

Em todos os aspectos esboçados a corrupção está intrinsecamente entrelaçada com a acumulação capitalista. Seja através da forma estritamente econômica pela relação entre pessoas juridicamente iguais, pela exploração do trabalho e acumulação de mais valor, seja por meios não puramente econômicos, isto é, dos métodos de expropriação primitiva que se perpetua na história da acumulação capitalista até a presente data em todos os países. A corrupção dos recursos públicos é a expropriação a serviço da acumulação capitalista.

A racionalidade da economia de mercado é reproduzida na esfera política estatal, pois as intervenções do Estado são ajustadas ao sistema, em função da manutenção e reprodução do sistema capitalista. Portanto, para combater um fenômeno social é necessário analisá-lo e a análise da corrupção em sua profundidade e extensão somente é possível no contexto da acumulação capitalista, i. e., tendo em vista as condições materiais da vida social, por meio da historicidade e não de uma suposta natureza humana, considerando as imbricações da vida produtiva e não se limitando a especulações moralistas.

Neste sentido, é preciso desmascarar as bases materiais que dão condições de possibilidades da apropriação privada dos bens e recursos públicos, confrontando o discurso genérico moralista contra a corrupção ao estudo da corrupção enquanto mecanismo expropriador que serve a acumulação de capital.

No embate político com os setores de direita, é imprescindível que o conjunto dos movimentos políticos e sociais, em seus espaços de mobilização e momentos de luta anticapitalista, supere as valências através do debate crítico fundamentado em análises econômicas, apontando a relação simbiótica entre Estado e mercado e abordando a corrupção enquanto fenômeno da acumulação do capital.

Assim, além de demonstrar que a corrupção serve para a acumulação capitalista, também desconstrói o suporte ideológico neoliberal que tenta separar Estado do mercado, como se este fosse o espaço da técnica e eficiência em prol do bem comum e o Estado como a burocracia ineficaz e corrupta.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Henrique Napoleão. **Os discursos contra a corrupção do setor público e contra a carga tributária: mecanismos de ocultação e perpetuação da injustiça social.** Rev. Direito, Estado e Sociedade, N.43, p. 40 a 64, Jul/Dez 2013.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GELLATELY, Robert. **Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista.** Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo.** Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACIEL, Amélia Coelho R. **Análise sobre a sociedade civil-burguesa em Karl Marx.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará. Programa de pós-graduação em Filosofia. Fortaleza, 2016.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França de 1848 A 1850.** Tradução Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2012.

_____. **Grundrisse**. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital. Crítica Da Economia Política. Livro I. O Processo De Produção Do Capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Rev. Sociedade e Estado, Vol. 32, N. 3, Set/Dez 2017.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna. Série Os Economistas. Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

STOKES, Donald E. **Spatial Models of Party Competition**. The American Political Science Review, Vol. 57, N. 2, pp. 368-377, Jun., 1963.

TELLES, Helcimara. **A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno**. Rev. Ponto e Vírgula - PUC SP, N. 19, p. 97-125, primeiro semestre de 2016.